



INDICADORES DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS DE 2013 A 2022

Alessandra Rodrigues de Freitas

Mônica de Carvalho Magalhaes Kassar

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Muito se discute hoje sobre a inserção de crianças público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino regular. Em se tratando de direitos educacionais, nas últimas décadas foram leis, decretos e resoluções para garantir o acesso e a permanência dessa população aos espaços escolares. Segundo Kassar, Rebelo e Jannuzzi (2019), entre os anos de 1961 e 1974 percebe-se a existência de um número considerável de estabelecimentos públicos de ensino regular que passam a registrar a existência de espaços de educação especial, ao mesmo tempo em que cresce o número de instituições especializadas. As instituições especializadas se apresentam em todo Brasil no formato particular-filantrópico e configuram-se como auxiliares no atendimento às crianças com deficiências (KASSAR, REBELO, OLIVEIRA, 2019).

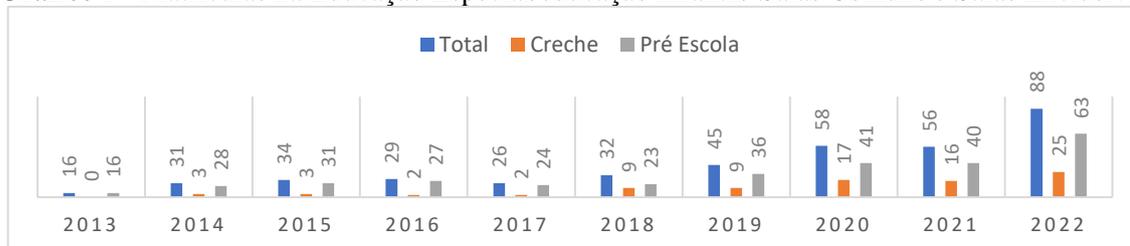
Nessa trajetória, por um lado, há os que defendem escolas exclusivas para alguns casos específicos de deficiência e outros que defendem que todas devem ser escolarizadas exclusivamente em escolas regulares. Rebelo e Kassar (2018) evidencia o grande crescimento de matrículas nas salas comuns do ensino regular, entre 2007 e 2014, mesmo diante das diferentes posições. No entanto, este crescimento não atinge igualmente todas as etapas do ensino.

Bueno e Meletti (2011) analisaram os indicadores do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2007 a 2010, e verificaram que havia muitas crianças da Educação Infantil não atendidas pela Educação Especial. Diante desse contexto, surgem os questionamentos: Onde estão matriculadas as crianças PAEE na educação infantil em Corumbá? Em Instituições de ensino regular ou na instituição especializada local? Para sanar essas indagações este trabalho tem o objetivo de apresentar e discutir os índices de matrículas dos alunos PAEE na Educação Infantil no município de Corumbá, MS nos anos de 2013 a 2022. Para sua realização foram consultadas



as Sinopses divulgadas pelo INEP, referentes ao período proposto. Os dados apresentados referem-se: ao número total de matrículas de alunos PAEE da educação infantil (azul), divididos em creche (laranja) e pré-escola (cinza), tanto presentes em instituições exclusivas de Educação Especial, quanto em salas comuns. Corumbá conta com apenas uma instituição exclusiva de Educação Especial, portanto é possível supor que as matrículas em “salas exclusivas”, como denomina o INEP, refere-se às matrículas nessa instituição.

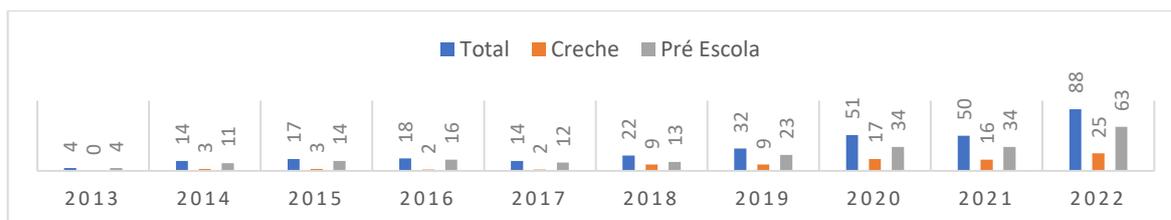
Gráfico 1 - Matrículas na Educação Especial/educação Infantil/ Salas Comuns e Salas Exclusivas



Fonte: Sinopses da Educação Básica (2013-2022)

O gráfico 1 nos mostra que a taxa de matrículas de alunos PAEE foi baixa em 2013, com nenhuma matrícula na creche. Isso altera-se e observa-se um avanço significativo em 2020 quando registram-se 58 matrículas de PAEE, sendo 41 na pré-escola e 17 na creche. Esses números aumentam em 2022, chegando a 88 alunos PAEE na educação infantil (63 na pré-escola e 25 na creche). Para identificar onde estão as matrículas desses alunos (se em instituição exclusiva ou classe comum) o gráfico 2 foi construído com as matrículas dos alunos PAEE da educação infantil, em salas comuns:

Gráfico 2- Matrículas na educação especial/ educação infantil/ classes comuns



Fonte: Sinopses da Educação Básica (2013-2022)



A comparação dos dois gráficos indica que até 2017 aproximadamente metade do total de matrículas PAEE da educação infantil estava na instituição exclusiva. Essa relação inverte-se a partir de 2020, quando tem-se um número maior de alunos nas classes comuns em relação ao total, de modo que em 2022 todas as matrículas de PAEE na educação infantil estão em classes comuns. Mesmo percebendo uma tendência de crescimento nesses dados, parece-nos ainda baixo o número de matrículas de crianças PAEE na educação infantil. A título de comparação, em 2020 o total de matrículas na educação infantil foi de 4320, sendo 58 de PAEE, o que representa 1,34% do total, enquanto que no ensino fundamental, para um total de 15.395 matrículas, 3,11% (479 matrículas) são do PAEE.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o acesso à educação tem início na educação infantil, que é etapa fundamental para se desenvolver as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Para Freitas (2015), a possibilidade dessas crianças frequentarem o ambiente escolar a partir da creche, certamente influencia no desenvolvimento de suas habilidades sociais, cognitivas e motoras. Em Corumbá, as crianças PAEE estão proporcionalmente em menor número na educação infantil do que no ensino fundamental. Também chama atenção o fato de que em 2022 não ter sido registrada nenhuma matrícula de PAEE na instituição exclusiva.

Este trabalho conclui com uma hipótese, que pode direcionar futuras pesquisas, a de que boa parte dessas crianças, que deveria estar na escola não está, ou seja, as crianças estão perdendo uma etapa muito importante para o seu desenvolvimento. Também emergem as questões: Se as políticas vigentes garantem o acesso a todas as crianças à escola, por que isso não ocorre? As famílias dessas crianças encontram dificuldades em matricular os seus filhos na creche ou pré-escola? São muitas reflexões que darão direcionamentos às próximas pesquisas a fim de se compreender cada vez mais a dinâmica do acesso à educação infantil pelas crianças PAEE.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Especial, Indicadores de matrículas.



Referências

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M. F. Educação infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Contrapontos**, v. 11, n. 03, p. 278-287, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v11n03/v11n03a05.pdf>. Acesso 04 de abril de 2023.

FREITAS, C. N. de. **Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2013-2022.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; JANNUZZI, G. S. M. Educação Especial como política pública: Um projeto do Regime Militar? **Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais**, v. 27, n. 61, 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4479/2254>. Acesso em 02 de abril de 2023.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. de. Embates e disputas na Política Nacional de Educação Especial Brasileira. **Educação Pesquisa.**, São Paulo, v. 45, e217170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXR9TSpYc/?lang=pt>. Acesso em 02 de abril de 2023.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Estudos em Avaliação Educacional.**, v. 29, n. 70, p. 276-307. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v29n70/1984-932X-eae-29-70-276.pdf>. Acesso 04 de abril de 2023.